

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.924 - SP (2018/0304142-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : VALMIR JOAO DITOMASO
ADVOGADO : HELENA CARINA MAZOLA RODRIGUES - SP254719
AGRAVADO : ROBERTO CORREIA DA SILVA GOMES CALDAS
ADVOGADOS : ROBERTO CORREIA DA SILVA GOMES CALDAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP128336
KELLY CORREA DE MORAES - SP322631

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VALMIR JOÃO DITOMASO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de VALMIR JOÃO DITOMASO, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem a guia de recolhimento das custas devidas ao STJ, apesar de presente o comprovante de pagamento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 08/08/2018.

Ainda, percebida, no Tribunal de origem, haver essa irregularidade no

recolhimento do preparo, a parte foi intimada (fl. 275) para regularizar o vício, porém, apesar de sua manifestação (fls. 278/279), o preparo ainda restou irregular, tendo em vista um equívoco na fundamentação do despacho de regularização.

Na verdade, não tendo a parte comprovado o recolhimento do preparo no ato de interposição do recurso, como ocorreu no caso, o tribunal de origem deveria ter intimado a parte para efetuar o recolhimento em dobro, nos termos do art. 1.007, § 4º, do CPC.

Sendo assim, foi percebido esse equívoco no STJ, que determinou nova intimação da parte nos termos do § 2º c/c o § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, para sanar, no prazo de cinco dias, o vício apontado, complementando o recolhimento das custas.

Porém, a parte não regularizou, limitando-se a trazer, novamente, a mesma guia de custas e respectivo comprovante de pagamento anteriormente apresentados (fls. 327/328), sem, contudo, realizar a complementação do preparo, que era devido em dobro, nos termos do art. 1.007, § 4º do CPC.

Cumprе esclarecer, que conforme preceitua o § 4º do art. 1.007 do Código de Processo Civil, se a parte não comprovar o recolhimento no ato da interposição do recurso, deverá providenciar o recolhimento em dobro. Não importa se o recolhimento foi efetuado na mesma data, ou em data anterior à apresentação do recurso especial, a questão envolve a **comprovação** do recolhimento no ato da interposição do recurso.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente